



FENPROF – FEDERAÇÃO NACIONAL DOS PROFESSORES

PLENÁRIO NACIONAL DE QUADROS SINDICAIS
ISCTE, 30 de janeiro de 2026

Sobre as habilitações para a docência

João Louceiro

Membro do Secretariado Nacional da FENPROF

Boa tarde, camaradas!

Intervenção sobre o **tema das habilitações para a docência** que pode ter desenvolvimentos negativos – ou não, vamos estar atentos! - no âmbito da revisão do ECD.

- Já houve uma **reunião de trabalho** – não era negocial, nem o MECI concretizou propostas – sobre o tema que ficou fixado como segunda prioridade no protocolo negocial acordado com outras organizações sindicais e que a FENPROF contestou – tema mal priorizado, no nosso entender, que outros haveria a tratar antes do das habilitações para a docência, concursos e admissão.

- Nessa reunião, **o ministro não abriu o jogo**, mas não resolveu as preocupações da FENPROF sobre a questão das habilitações para se ser professor ou educador.

- Nessa reunião, acabou por passar uma grande parte do tempo a discorrer sobre outro assunto, **a reforma – ou melhor, o desmantelamento – do ministério**, o que evidencia a importância que o assunto tem nas políticas que o governo quer aplicar na área da educação e do ensino!

- Há que vincar: a reforma do Estado, neste caso do MECI, é um **assunto sobre o qual a FENPROF vem tomando posição**, fazendo alertas, difundindo informação, questionando o ministro, recorrendo à Provedoria de Justiça e ao Presidente da República, desde que começou a ser falado – mesmo antes de agosto –, ao contrário do que alguns por aí estão a dizer agora (só agora), acusando “os sindicatos” de estarem a dormir ou coniventes com o governo; é preciso que os colegas estejam atentos/as a este e a outros assuntos!

- Está agendada **reunião negocial para dia 4 de fevereiro**, quarta-feira; prevê-se que, aí, o MECI clarifique ao que vem e confirme, ou não, as preocupações que a FENPROF tem.

- Lembro que, tal como a FENPROF vem fazendo, depois desta reunião, no dia seguinte **haverá plenário on-line** para que todos/as possam inteirar-se do que se passou, das propostas apresentadas pelo MECI e da apreciação delas; colegas, é fundamental que

acompanhem estes plenários para poderem estar informados/as e informarem – gente distraída não será gente mobilizada nem mobilizável e, não poucas vezes quando a gente distraída acorda, acorda estremunhada, a entender mal as coisas, a culpar terceiros pela sua distração e a alinhar acriticamente na divisão e em voluntarismos inconsequentes!

- Sabemos que **há problemas no domínio do reconhecimento das habilitações** para a docência que é preciso resolver. São questões que não carecem de alterações estatutárias, mas de medidas tomadas a outro nível.

- É o caso – urgente! – do **acesso e condições à profissionalização** dos já milhares de colegas que estão nas escolas a lecionar com habilitação própria.

- Ainda agora – e porque são necessários – no concurso externo extraordinário, **dos 1639 docentes que vincularam, quase setecentos** possuem apenas habilitação própria.

- O diploma legal diz que estes e os anteriormente vinculados têm **quatro anos para concluírem a profissionalização**, embora a clamorosa escassez de vagas para esse fim não augura nada de bom.

- Nas reuniões e por outros meios, a FENPROF tem **confrontado insistentemente o MECI pela sua inação** – o MECI tem obrigação de ser “proativo” e tomar medidas capazes para garantir que quem não tem a profissionalização a possa realizar com celeridade; tem obrigação, mas tem estado muito pouco ativo neste domínio!

- **Porquê?**

- Por **incapacidade** de resolver o problema?

- Por **oportunismos** sabendo-se que, se estes colegas – já são milhares, repito – não acederem à profissionalização, não progridem na carreira e, portanto, são uns milhares que saem mais baratos?

- Por calculada estratégia de **dumping habilitacional**? (O paulatino crescimento do número de docentes não profissionalizados no sistema acabaria por arrastar para baixo os referenciais obrigatórios das habilitações, desvalorizando, também desta forma, a profissão e a carreira para embaratecer os custos com o trabalho docente, um objetivo sempre presente nas opções neoliberais como as deste ministro e da sua área política...)

- Aliás, junta-se aqui a contratação crescente de **peçoal sem qualquer habilitação**, nem sequer habilitação própria, incluindo contratados como “técnicos especiais”, mas na prática para funções docentes.

- As **propostas que o MECI vai apresentar no dia 4** permitirão, julgo, vislumbrar se as intenções do governo vão no sentido do tal **dumping habilitacional**; se assim for, a reação dos professores e educadores não pode fazer-se esperar e tem de ser forte e audível!

- A **desvalorização das habilitações** seria um recuo de muitas décadas e traria a dramática desvalorização simbólica e material da profissão, o que não podemos admitir!

- Vale a pena lembrar que essa ideia de *dumping* habilitacional é uma ideia já defendida por **responsáveis da associação que congrega os patrões dos colégios**: alegando a falta de professores que está longe de ser um problema exclusivo da escola pública, a ideia deles é passarem a contratar para lecionar pessoal não profissionalizado, ou mesmo sem habilitação, certos que estão que, entre despedimento dos menos capazes e a pressão e orientação das direções, resolverão a falta de recursos docentes e, cá para nós, diminuem a despesa, garantindo maior margem de lucro...

- Numa outra reunião, o ministro, sem nunca assumir o que poderá estar na calha, deixou a porta entreaberta e deixou a FENPROF muito preocupada: com alguma indignação, Fernando Alexandre mostrava incompreensão por ter na sua equipa **gente muito qualificada e, veja-se lá, não lhes é reconhecida habilitação** para darem aulas...

- Não sei se o ministro também entende que **os superiormente qualificados** que tem na equipa também deveriam ser reconhecidos para outras funções, como médicos, enfermeiros, psicólogos, engenheiros, pilotos, sei lá.

- Mas sei que esta **visão desprofissionalizante** da docência deve ser vigiada por todos nós com grande atenção e vigorosamente combatida assim que levante a cabeça!

- A FENPROF entende que, no que diz respeito às habilitações, **o ECD não carece de muitas alterações**, outrossim a confirmação de aspetos de princípio de que não abdica, fundamentais para a valorização da carreira e da profissão docente.

- (Relacionado com este tema, há uma coisa que tem de ser feita, obrigatoriamente, no ECD e que é extirpar todas as referências que ainda lá estão à exigência de aprovação na **prova de avaliação de conhecimentos e capacidades** como critério para se ser reconhecido(a) como docente – a absurda, despropositada e iníqua prova inventada por Maria de Lurdes e aplicada por Nuno Crato...)

- A FENPROF opor-se-á e combaterá contra **medidas que comprometam a qualificação dos docentes**, medidas que poderão aparecer – ou já estão a acontecer! – para criar um quadro de desvalorização material, profissional e simbólico do trabalho docente, conduzindo-o à perda de qualidade.

- A FENPROF não aceitará que se enverede por medidas de **facilitação e aligeiramento da formação inicial** ou por modelos de formação acelerada, ainda que com o argumento da escassez de docentes.

- A FENPROF opor-se-á a **práticas que desprestigiem a desqualifiquem a formação académica** dos docentes e a sua profissionalização.

- A FENPROF defenderá intransigentemente que **a formação inicial para a docência seja de nível superior**, de elevada qualidade, e de igual duração para todos os ciclos de educação e ensino, comportando, sempre, dimensões como a profissional, a social e ética, o desenvolvimento do ensino e da aprendizagem, a participação na escola e a relação com a comunidade, o desenvolvimento profissional e outras.

- A FENPROF continuará a exigir condições adequadas para a **realização de estágios pedagógicos** no âmbito da formação inicial, defendendo que decorram em contexto laboral com reconhecimento dos direitos correspondentes para os estagiários e as condições justas para os docentes orientadores.

- A FENPROF continuará a pugnar, também, por respostas urgentes e de qualidade para a **profissionalização dos colegas de habilitação própria** que, indubitavelmente, continuarão a ser necessários para colmatar o gravíssimo problema de falta de professores que sucessivos governos ignoraram dolosamente.

- De que vamos precisar?

1.º) Muita atenção ao processo negocial, às medidas do governo e às ameaças que comportam.

2.º) Informar os/as colegas, despertá-los para os perigos e mobilizá-los para defenderem o que é justo.

3.º) Organizar, aprofundar e alargar a luta dos/as professores/as e educadores/as.

- SOMOS PROFESSORES, DAMOS ROSTO AO FUTURO. VALORIZAÇÃO, JÁ!